

**A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DE PROFESSORES NEURODIVERGENTES E OS
DESAFIOS DE PERTENCIMENTO NO ESPAÇO EDUCACIONAL**

**THE PROFESSIONAL EXPERIENCE OF NEURODIVERGENT TEACHERS AND THE
CHALLENGES OF BELONGING IN THE EDUCATIONAL SPACE**

**LA EXPERIENCIA PROFESIONAL DE DOCENTES NEURODIVERGENTES Y LOS
DESAFÍOS DE LA PERTENENCIA AL ESPACIO EDUCATIVO**



10.56238/revgeov17n2-058

Claudemir Guga Ramos

Pós-Doutor em Sustentabilidade

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT)

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0165521583547233>

Inácia Oliveira de Azevedo

Especialização em Psicopedagogia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1959448264262712>

Melquizedec Arcos Rodrigues

Doutor em Engenharia Mecânica

Instituição: Escola Superior de Tecnologia, Universidade Estadual do Amazonas (UEA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2325389016838433>

Higor Antonio da Cunha

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3061889879472611>

Rosângela Gomes Vaillant

Doutoranda em Ciências e Meio Ambiente

Instituição: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3606-7592>

Wilton da Silva Rodrigues

Pós Graduado em Atividade Física e Saúde, Educação Física Escolar, Docência do Ensino Superior

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3816076128963798>

Márcio Silva da Conceição

Doutor em Ciências Ambientais

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6178523977633290>



Bárbara Maria Mutran Lopes Branco

Especialista em Endocrinologia

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5300701781389859>

RESUMO

A experiência profissional de professores neurodivergentes no contexto educacional brasileiro permanece amplamente invisibilizada, configurando lacuna que compromete a efetividade das políticas de educação inclusiva. Este estudo analisa os desafios de pertencimento enfrentados por docentes neurodivergentes no espaço educacional, examinando barreiras estruturais, relacionais e institucionais que limitam sua participação plena nas comunidades escolares. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de natureza qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, fundamentada em publicações científicas recentes que abordam formação docente, educação inclusiva e neurodiversidade. Os resultados evidenciam que as políticas educacionais concentram-se exclusivamente nos estudantes, operando sob premissa implícita de homogeneidade neurológica entre educadores. A formação de professores para educação inclusiva negligencia a neurodiversidade docente, perpetuando ambientes orientados por padrões neurotípicos que criam barreiras para professores com perfis neurológicos atípicos. Professores neurodivergentes enfrentam tensões constantes entre autenticidade e conformidade, precisando mascarar características neurológicas para evitar estigmatização. O estudo conclui que a construção de ambientes educacionais genuinamente inclusivos demanda reconhecimento da neurodiversidade como dimensão constitutiva da comunidade escolar, implementação de acomodações razoáveis para docentes neurodivergentes e transformação de culturas escolares que valorizem a diversidade neurológica como recurso pedagógico.

Palavras-chave: Neurodiversidade. Professores Neurodivergentes. Pertencimento. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The professional experience of neurodivergent teachers in the Brazilian educational context remains largely invisible, constituting a gap that compromises the effectiveness of inclusive education policies. This study analyzes the belonging challenges faced by neurodivergent teachers in educational spaces, examining structural, relational, and institutional barriers that limit their full participation in school communities. The research is characterized as bibliographic, qualitative in nature, with exploratory and descriptive objectives, based on recent scientific publications addressing teacher training, inclusive education, and neurodiversity. Results show that educational policies focus exclusively on students, operating under the implicit premise of neurological homogeneity among educators. Teacher training for inclusive education neglects teacher neurodiversity, perpetuating environments oriented by neurotypical standards that create barriers for teachers with atypical neurological profiles. Neurodivergent teachers face constant tensions between authenticity and conformity, needing to mask neurological characteristics to avoid stigmatization. The study concludes that building genuinely inclusive educational environments requires recognition of neurodiversity as a constitutive dimension of the school community, implementation of reasonable accommodations for neurodivergent teachers, and transformation of school cultures that value neurological diversity as a pedagogical resource.

Keywords: Neurodiversity. Neurodivergent Teachers. Belonging. Inclusive Education.



RESUMEN

La experiencia profesional de los docentes neurodivergentes en el contexto educativo brasileño permanece en gran medida invisible, creando una brecha que compromete la efectividad de las políticas de educación inclusiva. Este estudio analiza los desafíos de pertenencia que enfrentan los docentes neurodivergentes en el espacio educativo, examinando las barreras estructurales, relacionales e institucionales que limitan su plena participación en las comunidades escolares. La investigación se caracteriza por ser bibliográfica, de naturaleza cualitativa, con objetivos exploratorios y descriptivos, basada en publicaciones científicas recientes que abordan la formación docente, la educación inclusiva y la neurodiversidad. Los resultados muestran que las políticas educativas se centran exclusivamente en los estudiantes, operando bajo la premisa implícita de la homogeneidad neurológica entre los educadores. La formación docente para la educación inclusiva descuida la neurodiversidad docente, perpetuando entornos orientados por patrones neurotípicos que crean barreras para los docentes con perfiles neurológicos atípicos. Los docentes neurodivergentes enfrentan tensiones constantes entre la autenticidad y la conformidad, necesitando enmascarar las características neurológicas para evitar la estigmatización. El estudio concluye que construir entornos educativos verdaderamente inclusivos requiere reconocer la neurodiversidad como una dimensión constitutiva de la comunidad escolar, implementar adaptaciones razonables para el profesorado neurodivergente y transformar las culturas escolares para valorar la diversidad neurológica como un recurso pedagógico.

Palabras clave: Neurodiversidad. Profesorado Neurodivergente. Pertenencia. Educación Inclusiva.



1 INTRODUÇÃO

A neurodiversidade no contexto educacional brasileiro emerge como tema que desafia concepções tradicionais sobre normalidade, competência profissional e pertencimento institucional. Professores neurodivergentes, categoria que engloba docentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia e outras condições neurológicas atípicas, vivenciam trajetórias profissionais marcadas por tensões entre suas capacidades pedagógicas reconhecidas e barreiras estruturais que questionam sua legitimidade nos espaços escolares. A invisibilidade dessa população no debate educacional contrasta com a crescente atenção dedicada à inclusão de estudantes neurodivergentes, revelando lacuna que compromete tanto a justiça social quanto a qualidade da educação inclusiva.

A experiência profissional de docentes neurodivergentes situa-se na intersecção entre políticas de educação inclusiva e práticas institucionais que frequentemente reproduzem modelos capacitistas de avaliação do desempenho docente. Enquanto o discurso oficial celebra a diversidade como valor educacional, as estruturas organizacionais das escolas permanecem orientadas por padrões neurotípicos que definem modos legítimos de comunicação, organização do trabalho e interação social. Essa contradição produz ambientes nos quais professores neurodivergentes precisam constantemente negociar sua identidade profissional, ocultando características neurológicas para evitar estigmatização ou enfrentando questionamentos sobre sua capacidade de exercer a docência.

A formação docente para a educação inclusiva tem se concentrado predominantemente na preparação de professores para atender estudantes com deficiência, negligenciando a dimensão da neurodiversidade entre os próprios educadores. Castro e Lélis (2025, p. 1087) afirmam que "o suporte pedagógico aos professores de alunos neurodivergentes na educação básica brasileira apresenta fragilidades que comprometem a efetividade das práticas inclusivas". Essa constatação evidencia que a formação docente opera sob premissa implícita de que todos os professores são neurotípicos, ignorando a presença e as necessidades específicas de educadores neurodivergentes que podem, paradoxalmente, possuir compreensão privilegiada dos desafios enfrentados por estudantes com perfis neurológicos atípicos.

As percepções de professores sobre sua própria formação para a educação inclusiva revelam lacunas que afetam tanto a prática pedagógica quanto o reconhecimento da neurodiversidade como dimensão legítima da identidade docente. D'Ávila *et al.* (2023, p. 125) observam que "professores de matemática do ensino regular relatam insuficiência na formação para atuar com estudantes neurodivergentes, demandando capacitação específica". Essa percepção de despreparo, quando vivenciada por docentes que são eles próprios neurodivergentes, adquire camadas adicionais de complexidade: como ensinar de forma inclusiva quando a própria identidade neurológica do professor permanece invisibilizada ou patologizada no ambiente escolar?



A ampliação de horizontes educacionais através da educação inclusiva pressupõe desenvolvimento profissional que reconheça a diversidade não apenas entre estudantes, mas também entre educadores. Araújo, Santos e Rodrigues (2024, p. 5) destacam que "a educação inclusiva demanda desenvolvimento profissional docente que transcenda abordagens técnicas, incorporando reflexão sobre identidade e pertencimento". Essa perspectiva aponta para necessidade de repensar a formação continuada, criando espaços nos quais professores neurodivergentes possam compartilhar experiências, estratégias e desafios sem receio de julgamento ou discriminação. O desenvolvimento profissional autêntico exige ambientes psicologicamente seguros nos quais a neurodiversidade seja reconhecida como recurso pedagógico e não como limitação a ser superada.

A relevância deste estudo justifica-se pela urgência de visibilizar experiências profissionais historicamente silenciadas e pela necessidade de fundamentar políticas educacionais que reconheçam a neurodiversidade como dimensão constitutiva da comunidade escolar. Professores neurodivergentes enfrentam dilemas cotidianos que afetam sua saúde mental, satisfação profissional e permanência na carreira docente. A compreensão aprofundada dessas experiências contribui para construção de ambientes educacionais genuinamente inclusivos, nos quais a diversidade neurológica seja valorizada como potencialidade e não como desvio a ser corrigido ou tolerado.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a experiência profissional de professores neurodivergentes e os desafios de pertencimento enfrentados no espaço educacional brasileiro. Como objetivos específicos, propõe-se: identificar as principais barreiras estruturais e relacionais que comprometem o pertencimento de docentes neurodivergentes nas instituições escolares; examinar estratégias de negociação identitária desenvolvidas por esses profissionais para navegar ambientes predominantemente neurotípicos; avaliar as lacunas nas políticas de formação docente e desenvolvimento profissional no que concerne à neurodiversidade entre educadores; e discutir perspectivas para construção de ambientes escolares que reconheçam e valorizem a neurodiversidade como dimensão constitutiva da identidade docente.

Este artigo estrutura-se em cinco seções principais. Após esta introdução, o referencial teórico apresenta os conceitos fundamentais relacionados à neurodiversidade, identidade docente e educação inclusiva. A metodologia descreve os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados bibliográficos. Os resultados e discussão apresentam os achados da pesquisa, interpretados à luz da literatura especializada. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais contribuições do estudo e apontam caminhos para investigações futuras que aprofundem a compreensão sobre a experiência de professores neurodivergentes no contexto educacional brasileiro.



2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, com objetivos exploratórios e descritivos, voltada à compreensão das experiências profissionais de professores neurodivergentes e dos desafios de pertencimento enfrentados no espaço educacional. A abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de interpretar fenômenos sociais complexos que envolvem dimensões identitárias, relacionais e institucionais, cuja apreensão demanda análise aprofundada de conteúdo e sensibilidade às nuances das experiências vividas. A natureza exploratória permite investigar tema ainda escassamente sistematizado na literatura nacional, enquanto o caráter descritivo possibilita mapear características, padrões e tensões relacionadas ao objeto de estudo.

A coleta de dados realizou-se mediante levantamento sistemático de publicações científicas em bases de dados especializadas, priorizando artigos publicados entre 2020 e 2025 para garantir atualidade das informações sobre educação inclusiva e neurodiversidade. Os critérios de inclusão contemplaram estudos que abordassem formação docente para educação inclusiva, desafios enfrentados por professores no contexto da neurodiversidade, políticas de inclusão educacional e identidade profissional docente. Excluíram-se publicações que não apresentassem rigor metodológico adequado, textos de opinião sem fundamentação empírica e materiais que não guardassem relação direta com o problema de pesquisa. Ramos *et al.* (2025) discutem os desafios para inclusão de alunos neurodivergentes nas escolas municipais, evidenciando que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes refletem lacunas na preparação e no suporte oferecido aos educadores.

O processo de seleção das fontes bibliográficas seguiu etapas sequenciais que asseguraram representatividade e qualidade do material analisado. Inicialmente, realizou-se busca ampla utilizando descritores relacionados ao tema, resultando em conjunto expressivo de publicações sobre educação inclusiva, formação docente e neurodiversidade. Posteriormente, aplicaram-se filtros de relevância, avaliando títulos e resumos para identificar aderência ao objeto de estudo. A leitura integral dos textos selecionados permitiu análise aprofundada do conteúdo, identificação de argumentos centrais e extração de dados pertinentes aos objetivos da pesquisa. Santana *et al.* (2024) examinam os desafios na formação de professores para avaliações inclusivas no contexto da educação básica, revelando que as práticas avaliativas tradicionais frequentemente desconsideram as especificidades de estudantes e potencialmente de professores neurodivergentes.

A análise dos dados coletados fundamentou-se em técnica de análise de conteúdo temática, que permite identificar núcleos de sentido presentes nas publicações examinadas. Organizaram-se os achados em categorias analíticas relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa: barreiras ao pertencimento de professores neurodivergentes, estratégias de negociação identitária, lacunas nas políticas de formação docente e perspectivas para ambientes escolares inclusivos. Essa categorização facilitou a identificação de padrões recorrentes, contradições e lacunas na literatura, subsidiando



interpretação crítica dos fenômenos investigados. Silva, Valverde e Rosa (2021) analisam a emancipação social das pessoas com deficiência e a capacitação docente para educação inclusiva, demonstrando que a formação de professores permanece centrada em abordagens técnicas que não contemplam a dimensão da neurodiversidade entre os próprios educadores.

A dimensão ética da pesquisa bibliográfica manifesta-se no compromisso com a fidedignidade das informações apresentadas, no respeito à autoria intelectual mediante citações adequadas e na transparência quanto às limitações metodológicas. Embora estudos bibliográficos não envolvam diretamente seres humanos, a responsabilidade ética permanece presente na interpretação honesta dos dados, na recusa a distorções que favoreçam conclusões preconcebidas e no reconhecimento de vieses que possam comprometer a validade das análises. A pesquisa sobre neurodiversidade docente demanda atenção especial para evitar reprodução de estereótipos capacitistas ou representações que patologizem diferenças neurológicas, buscando sempre perspectivas que valorizem a diversidade como dimensão constitutiva da humanidade.

As limitações metodológicas deste estudo relacionam-se à natureza exclusivamente bibliográfica da investigação, que não contempla coleta de dados primários junto a professores neurodivergentes, gestores escolares ou formadores de educadores. Essa escolha metodológica, embora adequada aos objetivos propostos, restringe a capacidade de captar nuances da experiência vivida e percepções dos atores diretamente envolvidos na problemática estudada. Pesquisas futuras poderiam complementar esta análise mediante estudos de caso, entrevistas em profundidade, narrativas autobiográficas ou observação participante em contextos escolares. A concentração em publicações recentes, embora garanta atualidade, pode deixar de contemplar contribuições históricas relevantes para compreensão da trajetória das discussões sobre neurodiversidade e identidade docente. A triangulação com fontes documentais oficiais, dados estatísticos sobre perfil docente e análise de políticas educacionais ampliaria a robustez analítica e permitiria validação cruzada dos achados bibliográficos.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
SILVA, J.; VIANA, M.; MORAES, A.	Os desafios da educação inclusiva em uma escola de ensino médio na cidade de Itapiúna, estado do Ceará, Brasil	2020	Discute desafios práticos da inclusão no Ensino Médio em uma escola pública (gestão, práticas pedagógicas e condições institucionais), evidenciando obstáculos cotidianos e possibilidades de enfrentamento no contexto escolar.
SILVA, A.; VALVERDE, G.; ROSA, W.	A emancipação social das pessoas com deficiência e a capacitação docente para a educação inclusiva no município de Juiz de Fora-MG	2021	Relaciona educação inclusiva, emancipação social e políticas de capacitação docente, apontando a formação de professores como eixo para efetivação de direitos e participação social de pessoas com deficiência.
D'ÁVILA, B.; SILVEIRA, C.; SOUZA, T.; AGUIAR, R.	Percepções de professores de matemática do ensino regular quanto à formação na área de educação inclusiva	2023	Analisa percepções de docentes de Matemática sobre lacunas e necessidades formativas em inclusão, contribuindo para diagnosticar limites da formação inicial/continuada e orientar programas de desenvolvimento docente.



SILVA, C.	Formação da identidade docente com a educação inclusiva	2023	Examina como a perspectiva inclusiva atravessa a construção da identidade profissional docente, destacando elementos formativos, crenças e práticas que sustentam (ou dificultam) a inclusão.
VIANA, E.	Motivação dos professores na elaboração de atividades que incluam estudantes neurodivergentes: a importância do brincar	2023	Evidencia a motivação docente e o “brincar” como estratégia pedagógica para inclusão de estudantes neurodivergentes, reforçando a dimensão lúdica no planejamento e na participação/engajamento dos alunos.
ARAÚJO, F.; SANTOS, E.; RODRIGUES, J.	Ampliando horizontes educacionais: educação inclusiva e desenvolvimento profissional docente	2024	Articula educação inclusiva e desenvolvimento profissional, enfatizando competências docentes, atualização pedagógica e práticas inclusivas como caminhos para ampliar equidade e participação na escola.
MATOS, A.; BORGES, S.	Políticas de formação continuada docente para a educação inclusiva	2024	Sistematiza a relevância de políticas de formação continuada voltadas à inclusão, apontando diretrizes/fragilidades e defendendo continuidade, intencionalidade e suporte institucional para mudança de práticas.
SANTANA, T.; BORRÉ, A.; GONDIM, C.; MARINO, L.; SILVA, L.; SILVA, W.	Desafios na formação de professores para avaliações inclusivas no contexto da educação básica	2024	Aborda desafios para avaliação inclusiva (instrumentos, critérios, acessibilidade, adaptações e justiça avaliativa), contribuindo para repensar formação docente voltada ao avaliar para incluir.
SILVA, M.; MERCADO, E.	Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica	2024	Integra inclusão e direitos humanos, destacando estratégias formativas e pedagógicas (cultura escolar, práticas antidiscriminatórias, participação) para consolidar uma escola inclusiva.
CASTRO, Y.; LÉLIS, H.	Propostas de melhoria e direito comparado no suporte pedagógico aos professores de alunos neurodivergentes na educação básica brasileira	2025	Propõe melhorias no suporte pedagógico com base em direito comparado, oferecendo subsídios para políticas/rotinas de apoio ao professor que atende estudantes neurodivergentes.
FREITAS, C. A. de et al.	A BNCC e a educação inclusiva: perspectivas para uma aprendizagem significativa e equitativa	2025	Discute a BNCC sob o prisma da inclusão, apontando caminhos para aprendizagem significativa e equidade, com implicações para currículo, planejamento e práticas de sala de aula.
GOMES, T. et al.	Feiras de ciências e educação inclusiva: formação de professores para a construção de uma cultura inclusiva na escola	2025	Mostra como feiras de ciências podem favorecer cultura inclusiva e formação docente, articulando projetos, participação estudantil e práticas colaborativas no cotidiano escolar.
RAMOS, J.; XAVIER, M.; RODRIGUES, N.; MACEDO, L.	Desafios para a inclusão de alunos neurodivergentes nas escolas municipais de Paulistana-PI	2025	Mapeia desafios locais para inclusão de alunos neurodivergentes (estrutura, formação, recursos e gestão), oferecendo panorama contextual para intervenções e políticas municipais.
SILVA, J. et al.	Desafios na formação de professores para a educação inclusiva	2025	Sintetiza entraves recorrentes na formação docente para inclusão (teoria-prática, suporte, recursos e cultura escolar), contribuindo para justificar e orientar ações de formação continuada e institucional.

Fonte: Elaboração do próprio autor (2026)

O quadro acima é fundamental porque sintetiza, de forma comparável e objetiva, o conjunto de referências que sustentam a discussão do trabalho, transformando uma lista bibliográfica em um mapa analítico da literatura. Ao reunir autor, título, ano e contribuições, o leitor consegue identificar rapidamente quem discute o quê, em qual período, e com que ênfase (formação docente, avaliação inclusiva, BNCC, neurodivergência, direitos humanos, cultura escolar). Isso fortalece a qualidade acadêmica do texto, pois evidencia rastreabilidade teórica e coerência entre as fontes mobilizadas e os argumentos desenvolvidos nas seções do estudo.



Além disso, a organização em ordem crescente por ano representa a evolução do debate e permite visualizar a trajetória histórica das produções, indicando como o campo vem ampliando preocupações e estratégias ao longo do tempo. No contexto deste trabalho, o quadro funciona como um eixo estruturante da revisão de literatura, orientando a construção do referencial teórico e a delimitação do problema, ao mesmo tempo em que justifica as escolhas bibliográficas. Em outras palavras, ele não apenas “resume” os textos: ele representa a base intelectual que dá suporte às análises, aponta convergências e lacunas, e prepara o terreno para a contribuição específica que o seu estudo pretende oferecer.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A neurodiversidade constitui paradigma que desafia concepções patologizantes sobre diferenças neurológicas, propondo compreensão das variações cognitivas e sensoriais como manifestações naturais da diversidade humana. Esse conceito, originado nos movimentos de auto advocacia de pessoas autistas, questiona a hegemonia de padrões neurotípicos como referência universal de normalidade, propondo reconhecimento de múltiplas formas de processar informações, comunicar-se e interagir socialmente. A aplicação desse paradigma ao contexto educacional exige repensar não apenas as práticas pedagógicas direcionadas aos estudantes, mas também as estruturas organizacionais e relacionais que definem quem pode legitimamente ocupar a posição de educador.

A identidade docente configura-se como construção social atravessada por expectativas institucionais, representações culturais sobre a profissão e experiências biográficas dos sujeitos. Professores neurodivergentes vivenciam processos identitários marcados por tensões entre autenticidade e conformidade, precisando constantemente avaliar quanto de sua singularidade neurológica pode ser revelada sem comprometer sua credibilidade profissional. Essa negociação identitária ocorre em contextos nos quais o capacitismo opera de forma sutil, através de normas implícitas sobre comportamentos adequados, estilos de comunicação valorizados e modos legítimos de organizar o trabalho pedagógico.

As políticas de educação inclusiva no Brasil têm se desenvolvido primordialmente sob perspectiva que posiciona estudantes com deficiência como destinatários das ações inclusivas, enquanto professores permanecem implicitamente concebidos como população homogênea e neurotípica. Freitas *et al.* (2025, p. 23) argumentam que "a Base Nacional Comum Curricular apresenta diretrizes para educação inclusiva que enfatizam adaptações curriculares para estudantes, sem contemplar a diversidade entre os próprios educadores". Essa lacuna revela limitação estrutural das políticas educacionais que, ao não reconhecerem a neurodiversidade docente, perpetuam ambientes escolares orientados exclusivamente por padrões neurotípicos de funcionamento institucional.



A formação de professores para a educação inclusiva tem privilegiado abordagens técnicas centradas em estratégias pedagógicas para atender estudantes neurodivergentes, negligenciando dimensões relacionais e identitárias que atravessam as práticas inclusivas. Gomes *et al.* (2025, p. 8) defendem que "feiras de ciências podem constituir espaços de formação docente para construção de cultura inclusiva, desde que contemplem reflexão sobre diversidade em suas múltiplas dimensões". Essa perspectiva aponta para necessidade de superar modelos formativos instrumentais, criando oportunidades para que professores examinem criticamente suas próprias concepções sobre normalidade, diferença e pertencimento. A formação genuinamente inclusiva demanda que educadores reconheçam a neurodiversidade como dimensão constitutiva da humanidade, incluindo a possibilidade de que eles próprios sejam neurodivergentes.

As políticas de formação continuada docente para educação inclusiva têm enfrentado desafios relacionados à fragmentação, descontinuidade e desconexão com as realidades escolares. Matos e Borges (2024, p. 7) analisam essas políticas, identificando que "a formação continuada frequentemente reproduz modelos transmissivos que não promovem transformação efetiva das práticas pedagógicas". Essa constatação torna-se particularmente problemática quando consideramos que professores neurodivergentes podem necessitar de formatos diferenciados de desenvolvimento profissional, que respeitem suas características sensoriais, comunicacionais e organizacionais. A padronização dos processos formativos, ao ignorar a neurodiversidade entre educadores, pode inadvertidamente criar barreiras adicionais ao desenvolvimento profissional de docentes com perfis neurológicos atípicos.

O pertencimento no espaço educacional configura-se como experiência multidimensional que envolve reconhecimento institucional, aceitação pelos pares, valorização das contribuições profissionais e possibilidade de expressar autenticamente a própria identidade. Para professores neurodivergentes, o pertencimento frequentemente permanece condicional, dependendo de sua capacidade de mascarar características neurológicas que possam ser percebidas como desviantes. Essa exigência de conformidade gera custos emocionais e cognitivos elevados, comprometendo o bem-estar docente e potencialmente levando ao abandono da profissão. A construção de ambientes escolares genuinamente inclusivos demanda reconhecimento de que a neurodiversidade entre educadores constitui recurso valioso e não problema a ser gerenciado.

A interseccionalidade entre neurodiversidade e outras dimensões identitárias, como gênero, raça e classe social, produz experiências diferenciadas de inclusão e exclusão no contexto educacional. Professoras neurodivergentes, por exemplo, podem enfrentar expectativas de gênero relacionadas à expressão emocional e ao cuidado que entram em conflito com características associadas a determinadas condições neurológicas. Docentes negros neurodivergentes podem vivenciar sobreposição de estereótipos raciais e capacitistas que amplificam processos de marginalização. A



compreensão adequada da experiência de professores neurodivergentes exige atenção a essas intersecções, evitando análises que essencializem a neurodiversidade como categoria homogênea.

A autoadvocacia emerge como estratégia através da qual professores neurodivergentes reivindicam reconhecimento, acomodações razoáveis e transformação das estruturas capacitistas que limitam sua participação plena no ambiente escolar. Movimentos de educadores neurodivergentes, ainda incipientes no Brasil, têm compartilhado experiências, construído redes de apoio e pressionado instituições educacionais a reconhecerem a neurodiversidade como dimensão legítima da identidade docente. Essas iniciativas desafiam o silenciamento historicamente imposto a professores neurodivergentes, criando narrativas alternativas que celebram contribuições únicas que esses educadores oferecem às comunidades escolares.

A relação entre neurodiversidade docente e qualidade da educação inclusiva constitui dimensão ainda pouco explorada na literatura educacional. Professores neurodivergentes podem possuir compreensão experiencial dos desafios enfrentados por estudantes com perfis neurológicos atípicos, desenvolvendo empatia e estratégias pedagógicas fundamentadas em vivências pessoais. A presença visível de educadores neurodivergentes nas escolas oferece modelos de identificação para estudantes neurodivergentes, demonstrando possibilidades de trajetórias profissionais bem-sucedidas. A invisibilização da neurodiversidade docente priva as comunidades escolares desses recursos pedagógicos e simbólicos, empobrecendo o projeto de educação inclusiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidencia que a experiência profissional de professores neurodivergentes permanece amplamente invisibilizada no debate educacional brasileiro, configurando lacuna que compromete tanto a justiça social quanto a efetividade das políticas de educação inclusiva. Os achados revelam que as discussões sobre neurodiversidade no contexto escolar concentram-se quase exclusivamente nos estudantes, enquanto a presença e as necessidades de educadores neurodivergentes permanecem não reconhecidas ou deliberadamente silenciadas. Essa invisibilidade opera através de múltiplos mecanismos institucionais e culturais que naturalizam padrões neurotípicos como únicos modos legítimos de exercer a docência, criando ambientes nos quais professores neurodivergentes enfrentam dilemas constantes entre autenticidade e conformidade.

A formação da identidade docente em contextos de neurodiversidade revela tensões entre reconhecimento profissional e estigmatização. Silva (2023) identifica que a construção da identidade docente na educação inclusiva envolve processos complexos de negociação entre expectativas institucionais e características individuais dos educadores. Essa constatação adquire significado particular quando aplicada a professores neurodivergentes, que precisam constantemente avaliar quanto de sua singularidade neurológica pode ser revelada sem comprometer sua credibilidade



profissional. A identidade docente neurodivergente configura-se frequentemente como identidade oculta, mantida em segredo para evitar discriminação, questionamentos sobre competência ou exclusão de oportunidades de desenvolvimento profissional.

Os desafios na formação de professores para educação inclusiva refletem concepções limitadas sobre quem pode ser educador e quais características são compatíveis com o exercício da docência. Silva *et al.* (2025) analisam esses desafios, demonstrando que os programas formativos raramente contemplam a neurodiversidade como dimensão relevante da identidade docente. Essa lacuna perpetua modelos de formação que, paradoxalmente, preparam professores para atender estudantes neurodivergentes enquanto ignoram ou patologizam a neurodiversidade entre os próprios educadores. A formação docente opera sob premissa implícita de homogeneidade neurológica, desconsiderando que professores neurodivergentes podem possuir compreensão experiencial privilegiada dos desafios enfrentados por estudantes com perfis neurológicos atípicos.

A realidade das escolas de ensino médio ilustra contradições entre discursos inclusivos e práticas institucionais que reproduzem exclusões. Silva, Viana e Moraes (2020) examinam os desafios da educação inclusiva em escola de ensino médio no Ceará, identificando barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que comprometem a efetividade das políticas inclusivas. Essas barreiras afetam não apenas estudantes, mas também professores neurodivergentes que enfrentam ambientes organizacionais rígidos, expectativas de desempenho padronizadas e culturas escolares que valorizam conformidade em detrimento da diversidade. A organização temporal das escolas, os formatos das reuniões pedagógicas, os modos de comunicação institucional e as expectativas de socialização entre docentes frequentemente desconsideram necessidades específicas de professores neurodivergentes.

As estratégias e desafios na formação docente para educação inclusiva e direitos humanos revelam necessidade de abordagens que reconheçam a diversidade em suas múltiplas dimensões. Silva e Mercado (2024) argumentam que a formação de professores para educação inclusiva demanda perspectiva interseccional que articule diferentes marcadores de diferença, incluindo a neurodiversidade. Essa perspectiva desafia modelos formativos que tratam a inclusão como conjunto de técnicas pedagógicas aplicáveis a categorias homogêneas de estudantes, propondo compreensão mais complexa que reconheça singularidades individuais e contextos específicos. A formação genuinamente inclusiva exige que educadores examinem criticamente suas próprias concepções sobre normalidade, questionando privilégios neurotípicos que estruturam ambientes educacionais.

A motivação docente para elaboração de atividades inclusivas constitui dimensão frequentemente negligenciada nas discussões sobre educação inclusiva. Viana (2023) analisa a motivação de professores na elaboração de atividades que incluam estudantes neurodivergentes, destacando a relevância do brincar como estratégia pedagógica. Essa análise sugere que professores neurodivergentes podem desenvolver abordagens pedagógicas inovadoras fundamentadas em suas



próprias experiências de aprendizagem, oferecendo contribuições únicas para construção de práticas inclusivas. A invisibilização da neurodiversidade docente priva as comunidades escolares desses recursos pedagógicos, perpetuando modelos de ensino orientados exclusivamente por perspectivas neurotípicas.

O pertencimento de professores neurodivergentes no espaço educacional configura-se como experiência marcada por ambivalências e contradições. Enquanto o discurso institucional celebra a diversidade, as práticas cotidianas frequentemente penalizam diferenças que desafiam normas implícitas sobre comportamentos adequados, estilos de comunicação valorizados e modos legítimos de organizar o trabalho pedagógico. Professores neurodivergentes relatam experiências de isolamento social, dificuldades em estabelecer relações com colegas, questionamentos sobre sua competência profissional e pressão constante para mascarar características neurológicas. Essa exigência de conformidade gera custos emocionais e cognitivos elevados, comprometendo o bem-estar docente e potencialmente levando ao abandono da profissão.

As políticas educacionais brasileiras, embora avancem no reconhecimento de direitos de estudantes com deficiência, permanecem silenciosas quanto à neurodiversidade entre educadores. Essa lacuna reflete concepção limitada de inclusão que posiciona a diferença como atributo exclusivo de determinados grupos, ignorando que a diversidade atravessa todas as posições sociais, incluindo a docência. A construção de políticas genuinamente inclusivas demanda reconhecimento de que professores neurodivergentes existem, enfrentam barreiras específicas e possuem direito a acomodações razoáveis que permitam exercer plenamente suas capacidades profissionais. A ausência de políticas específicas perpetua invisibilidade e vulnerabilidade dessa população.

A interseccionalidade entre neurodiversidade e outras dimensões identitárias produz experiências diferenciadas de inclusão e exclusão no contexto educacional. Professoras neurodivergentes podem enfrentar expectativas de gênero relacionadas à expressividade emocional e ao cuidado que entram em conflito com características associadas a determinadas condições neurológicas. Docentes negros neurodivergentes vivenciam sobreposição de estereótipos raciais e capacitistas que amplificam processos de marginalização. A compreensão adequada da experiência de professores neurodivergentes exige atenção a essas intersecções, evitando análises que essencializem a neurodiversidade como categoria homogênea e desconsiderem outros marcadores de diferença que estruturam relações de poder no espaço educacional.

A construção de ambientes escolares genuinamente inclusivos demanda transformações estruturais que transcendem adaptações pontuais ou tolerância condescendente da diferença. Essas transformações incluem flexibilização de estruturas organizacionais, diversificação de formatos de comunicação institucional, reconhecimento de múltiplos estilos de trabalho pedagógico e criação de culturas escolares que valorizem a neurodiversidade como recurso e não como problema. A presença



visível e valorizada de professores neurodivergentes nas escolas oferece modelos de identificação para estudantes neurodivergentes, demonstrando possibilidades de trajetórias profissionais bem-sucedidas e contribuindo para desconstrução de estereótipos capacitistas que limitam horizontes de vida de pessoas com perfis neurológicos atípicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar a experiência profissional de professores neurodivergentes e os desafios de pertencimento enfrentados no espaço educacional brasileiro. A investigação confirmou que a neurodiversidade docente permanece amplamente invisibilizada no debate educacional, configurando lacuna que compromete tanto a justiça social quanto a efetividade das políticas de educação inclusiva. A análise revelou que professores neurodivergentes enfrentam barreiras estruturais, relacionais e institucionais que questionam sua legitimidade profissional e limitam suas possibilidades de pertencimento pleno nas comunidades escolares.

Os resultados evidenciam que as políticas de educação inclusiva no Brasil concentram-se quase exclusivamente nos estudantes, operando sob premissa implícita de que todos os educadores são neurotípicos. Essa concepção limitada perpetua ambientes escolares orientados por padrões neurotípicos de comunicação, organização do trabalho e interação social, criando barreiras para professores cujos perfis neurológicos divergem dessas normas. A invisibilidade da neurodiversidade docente nas políticas educacionais reflete e reproduz o capacitismo estrutural que naturaliza determinadas formas de funcionamento cognitivo como únicas legítimas para o exercício da docência.

A formação de professores para educação inclusiva emerge como dimensão particularmente problemática, uma vez que os programas formativos preparam educadores para atender estudantes neurodivergentes enquanto ignoram ou patologizam a neurodiversidade entre os próprios docentes. Essa contradição revela limitação estrutural dos modelos de formação que tratam a inclusão como conjunto de técnicas pedagógicas aplicáveis a categorias homogêneas de estudantes, desconsiderando que a diversidade atravessa todas as posições no espaço educacional. A formação genuinamente inclusiva demanda reconhecimento de que professores neurodivergentes existem e podem oferecer contribuições únicas para construção de práticas pedagógicas inclusivas.

A experiência de pertencimento de professores neurodivergentes caracteriza-se por tensões constantes entre autenticidade e conformidade. Educadores neurodivergentes precisam avaliar continuamente quanto de sua singularidade neurológica pode ser revelada sem comprometer sua credibilidade profissional, enfrentando dilemas entre mascarar características que possam ser percebidas como desviantes ou assumir o risco de estigmatização e discriminação. Essa exigência de conformidade gera custos emocionais e cognitivos elevados, comprometendo o bem-estar docente e potencialmente levando ao abandono da profissão.



As contribuições deste estudo situam-se na visibilização de experiências profissionais historicamente silenciadas e na sistematização de conhecimentos sobre os desafios enfrentados por professores neurodivergentes. A análise integrada de múltiplas dimensões do problema oferece subsídios para formulação de políticas educacionais que reconheçam a neurodiversidade como dimensão constitutiva da comunidade escolar, orientação de programas de formação docente que contemplem a diversidade entre educadores e fortalecimento de movimentos de autoadvocacia de professores neurodivergentes. A pesquisa contribui para desconstrução de concepções capacitistas que limitam o reconhecimento de quem pode legitimamente ocupar a posição de educador.

As limitações da pesquisa relacionam-se à natureza exclusivamente bibliográfica da investigação, que não contemplou coleta de dados primários junto a professores neurodivergentes. Essa escolha metodológica, embora adequada aos objetivos propostos, restringe a capacidade de captar nuances da experiência vivida, estratégias concretas de negociação identitária e percepções dos próprios educadores neurodivergentes sobre seus desafios e potencialidades. A ausência de vozes diretas de professores neurodivergentes constitui limitação que deve ser reconhecida e endereçada em investigações futuras.

Estudos futuros poderiam complementar esta análise mediante pesquisas empíricas que examinem a experiência concreta de professores neurodivergentes em diferentes contextos educacionais, identificando barreiras específicas, estratégias de enfrentamento e fatores que facilitam o pertencimento. Narrativas autobiográficas de educadores neurodivergentes ofereceriam perspectivas privilegiadas sobre processos de construção identitária, negociação de diferenças e desenvolvimento de práticas pedagógicas. Pesquisas comparativas entre diferentes sistemas educacionais poderiam revelar modelos alternativos de reconhecimento e valorização da neurodiversidade docente.

A investigação das relações entre neurodiversidade docente e qualidade da educação inclusiva constitui agenda promissora para pesquisas futuras. Examinar como professores neurodivergentes desenvolvem práticas pedagógicas inclusivas, que recursos experienciais mobilizam em suas interações com estudantes neurodivergentes e que contribuições únicas oferecem às comunidades escolares pode revelar potencialidades frequentemente invisibilizadas. Essa linha de investigação desafia concepções deficitárias sobre neurodiversidade, propondo compreensão que valorize diferenças como recursos pedagógicos.

A dimensão da interseccionalidade merece aprofundamento analítico em estudos subsequentes. Investigar como a neurodiversidade articula-se com outros marcadores de diferença, como gênero, raça, classe social e sexualidade, pode revelar experiências diferenciadas de inclusão e exclusão no contexto educacional. Professoras negras neurodivergentes, por exemplo, podem enfrentar formas específicas de marginalização que resultam da sobreposição de múltiplos sistemas de opressão. A



atenção à interseccionalidade evita essencializações e permite compreensão mais complexa das experiências de professores neurodivergentes.

As políticas de acomodações razoáveis para professores neurodivergentes constituem tema que demanda atenção urgente. Investigar que tipos de acomodações podem facilitar o desempenho profissional de educadores neurodivergentes, como essas acomodações podem ser implementadas sem gerar estigmatização e quais resistências institucionais precisam ser superadas pode orientar a construção de ambientes escolares genuinamente inclusivos. As acomodações razoáveis não representam privilégios, mas condições necessárias para que professores neurodivergentes possam exercer plenamente suas capacidades profissionais.

A formação de gestores escolares para reconhecimento e valorização da neurodiversidade docente emerge como dimensão estratégica para transformação das culturas escolares. Gestores que compreendam a neurodiversidade como recurso e não como problema podem criar ambientes psicologicamente seguros nos quais professores neurodivergentes sintam-se confortáveis para revelar suas características neurológicas e solicitar acomodações necessárias. A liderança escolar desempenha papel fundamental na construção de culturas inclusivas que valorizem a diversidade em todas as suas dimensões.

A participação de professores neurodivergentes nos processos de formulação de políticas educacionais constitui imperativo ético e estratégico. Nada sobre nós sem nós, princípio fundamental dos movimentos de pessoas com deficiência, aplica-se plenamente à neurodiversidade docente. Políticas educacionais que afetem professores neurodivergentes devem ser construídas com sua participação ativa, garantindo que suas vozes, experiências e perspectivas orientem as decisões sobre formação docente, condições de trabalho e critérios de avaliação de desempenho profissional.

A construção de redes de apoio e movimentos de autoadvocacia de professores neurodivergentes representa estratégia fundamental para enfrentamento da invisibilidade e do isolamento. Espaços nos quais educadores neurodivergentes possam compartilhar experiências, estratégias e desafios, construir solidariedades e desenvolver ações coletivas de reivindicação de direitos fortalecem a capacidade de resistência e transformação. A organização coletiva desafia o silenciamento historicamente imposto a professores neurodivergentes, criando narrativas alternativas que celebram suas contribuições únicas.

A reflexão final que emerge deste estudo aponta para necessidade de repensar radicalmente as concepções sobre quem pode ser educador e quais características são compatíveis com o exercício da docência. A neurodiversidade docente desafia o capacitismo estrutural que naturaliza padrões neurotípicos como únicos legítimos, propondo compreensão mais ampla e democrática da profissão docente. A construção de ambientes educacionais genuinamente inclusivos demanda reconhecimento de que a diversidade neurológica entre educadores constitui recurso valioso que enriquece as



comunidades escolares, oferece modelos de identificação para estudantes neurodivergentes e contribui para desconstrução de estereótipos que limitam horizontes de vida de todas as pessoas, independentemente de seus perfis neurológicos.



REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, F.; SANTOS, E.; RODRIGUES, J. Ampliando horizontes educacionais: educação inclusiva e desenvolvimento profissional docente. *Revista Acadêmica Online*, v. 10, n. 49, e1163, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36238/2359-5787.2024.037>.
- CASTRO, Y.; LÉLIS, H. Propostas de melhoria e direito comparado no suporte pedagógico aos professores de alunos neurodivergentes na educação básica brasileira. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 11, n. 3, p. 1085-1102, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i3.18408>.
- D'ÁVILA, B.; SILVEIRA, C.; SOUZA, T.; AGUIAR, R. Percepções de professores de matemática do ensino regular quanto à formação na área de educação inclusiva. *Revista Sergipana de Matemática e Educação Matemática*, v. 8, n. 2, p. 123-140, 2023. DOI: <https://doi.org/10.34179/revisem.v8i2.18390>.
- FREITAS, Clayton Alencar de; CARVALHO, Cintia Viviane Araujo Braga; MOURA, Elvis da Silva; SILVA, Ereci Onofre da; TOTTOLA, Natali Lopes do Nascimento; SILVA, Alice Juliana da; SOARES, Sabrina de Oliveira; LIMA, Simone do Socorro Azevedo. A BNCC e a educação inclusiva: perspectivas para uma aprendizagem significativa e equitativa. *Missioneira, Santo Ângelo*, v. 27, n. 12, p. 21-29, 2025. DOI: <https://doi.org/10.46550/5v4s7a53>. Publicado em: 24 dez. 2025.
- GOMES, T. et al. Feiras de ciências e educação inclusiva: formação de professores para a construção de uma cultura inclusiva na escola. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 2, e7527, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv17n2-052>.
- MATOS, A.; BORGES, S. Políticas de formação continuada docente para a educação inclusiva. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 7, n. 16, e161314, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55892/jrg.v7i16.1314>.
- RAMOS, J.; XAVIER, M.; RODRIGUES, N.; MACEDO, L. Desafios para a inclusão de alunos neurodivergentes nas escolas municipais de Paulistana-PI. 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/coneduca-002>.
- SANTANA, T.; BORRÉ, A.; GONDIM, C.; MARINO, L.; SILVA, L.; SILVA, W. Desafios na formação de professores para avaliações inclusivas no contexto da educação básica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 11, p. 5933-5946, 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i11.17159>.
- SILVA, A.; VALVERDE, G.; ROSA, W. A emancipação social das pessoas com deficiência e a capacitação docente para a educação inclusiva no município de Juiz de Fora-MG. *Linguagens, Educação e Sociedade*, n. 48, p. 154-172, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26694/rles.v25i48.2500>.
- SILVA, C. Formação da identidade docente com a educação inclusiva. 2023. DOI: <https://doi.org/10.46943/viii.conedu.2022.gt01.078>.
- SILVA, J. et al. Desafios na formação de professores para a educação inclusiva. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 2, e7606, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv17n2-096>.
- SILVA, J.; VIANA, M.; MORAES, A. Os desafios da educação inclusiva em uma escola de ensino médio na cidade de Itapiúna, estado do Ceará, Brasil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, e959986366, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6366>.



SILVA, M.; MERCADO, E. Desafios e estratégias na formação de professores para a educação inclusiva e direitos humanos na educação básica. Teias do Conhecimento, v. 1, n. 1, p. 205-227, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/revteiasconhecimento.2024.22795>.

VIANA, E. Motivação dos professores na elaboração de atividades que incluam estudantes neurodivergentes: a importância do brincar. Ensino & Multidisciplinaridade, e0123, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18764/2447-5777v9n1.2023.1>.

